REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 36 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/ra2022.v18i36.16354

ENTRE CERRADOS E AMAZÔNIAS, A FRONTEIRA EM MOVIMENTO: USOS DAS TERRAS E MUNICIPALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO NORDESTE DE MATO GROSSO

BETWEEN CERRADOS AND AMAZONS, THE FRONTIER IN MOTION: land uses and municipalization of the territory in the Nordeste de Mato Grosso

ENTRE CERRADOS Y AMAZONAS, LA FRONTERA EN MOVIMIENTO: usos de la tierra y municipalización del territorio en el Nordeste de Mato Grosso

Alexandre Eduardo Santos
Universidade Federal de Jataí (UFJ)
ale.edu.geo@gmail.com

Dimas Moraes Peixinho
Universidade Federal de Jataí (UFJ)
dimaspeixinho@yahoo.com.br

Resumo

Objetiva-se neste texto, analisar o movimento de avanço da fronteira capitalista sobre os Cerrados e as Amazônias no Nordeste de Mato Grosso, a partir dos usos das terras e do processo de municipalização do território. Primeiro, faz-se uma contextualização do Nordeste de Mato Grosso como área de transição Cerrado-Amazônia, sobre a qual a fronteira capitalista se expande, considerando as contradições entre o natural e o territorial. Em seguida, apresenta-se a formação territorial do Nordeste de Mato Grosso a partir das políticas de Estado, dos usos das terras e da fragmentação do território. A municipalização do território é uma estratégia dos agentes que envolve a complexidade dos usos das terras, uma vez que são nelas que se efetivam os territórios, especialmente em área de avanço da fronteira.

Palavras-chave: Agropecuária, Fragmentação do território, Município, Araguaia.

Abstract

The objective of this text is to analyze the movement of advance of the capitalist frontier on the Cerrados and Amazons in the Nordeste de Mato Grosso, from the land uses and the process of municipalization of the territory. First, a contextualization of the Nordeste de Mato Grosso is made as an area of Cerrado-Amazonia transition, on which the capitalist frontier expands, considering the contradictions between the natural and the territorial. Next, the territorial formation of the Nordeste de Mato Grosso is presented from state policies, land uses and fragmentation of the territory. The municipalization of the territory is a strategy of the agents that involves the complexity of land uses, since it is in them that the territories are effective, especially in the area of advance of the frontier**.**

Keywords: Agricultural, Fragmentation of the territory, Municipality, Araguaia.

Resumem

El objetivo de este texto es analizar el movimiento de avance de la frontera capitalista sobre los Cerrados y amazonas en el Nordeste de Mato Grosso, desde los usos de la tierra y el proceso de municipalización del territorio. En primer lugar, se hace una contextualización del Nordeste de Mato Grosso como un área de transición Cerrado-Amazonía, sobre la cual se expande la frontera capitalista, considerando las contradicciones entre lo natural y lo territorial. A continuación, se presenta la formación territorial del Nordeste de Mato Grosso a partir de las políticas estatales, usos del suelo y fragmentación del territorio. La municipalización del territorio es una estrategia de los agentes que implica la complejidad de los usos del suelo, ya que es en ellos que los territorios son efectivos, sobre todo en la zona de avance de la frontera.

Palabras-clave: Agricultura, Fragmentación del territorio, Municipio, Araguaia.

Introdução

Em 2022, o estado de Mato Grosso é o líder nacional da produção agropecuária. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) estimado para este ano em Mato Grosso é de R$ 224,81 bilhões, com crescimento de 7,66% em relação à 2021, que foi de R$ 208,81 bilhões (ACRIMAT, 2022). A produção das commodities soja, milho e algodão e a produção de carne bovina são as maiores contribuições para o VBP.

Esses números em crescimento vertiginoso são frutos do rápido avanço da fronteira sobre os territórios e as territorialidades dos Cerrados e das Amazônias, que produz uma série de processos espaciais. O Estado brasileiro, tem sido o principal agente promotor da expansão da fronteira capitalista que, para além de agropecuária, é também urbana, industrial, financeira e política. Nesse contexto, o crescimento da produção de commodities, especialmente no Nordeste de Mato Grosso, promoveu violentamente o confinamento dos povos indígenas, a desterritorialização de povos tradicionais e a espoliação desses grupos sociais.

O Nordeste de Mato Grosso (NE-MT) é uma região formada por 25 municípios situados na transição entre os biomas Cerrado e Amazônia, resultado da fragmentação do município de Barra do Garças-MT, que na década de 1960, possuía 181.480 km². Foram instituídas 24 novas unidades político-administrativas entre os anos de 1963 e 1999, constituindo um segmento de rede de pequenas cidades (Figura 1). A população desses municípios de acordo com a estimativa do IBGE para 2020, varia entre 1.678 (Serra Nova Dourada) e 61.135 (Barra do Garças), somando 327.954 habitantes.

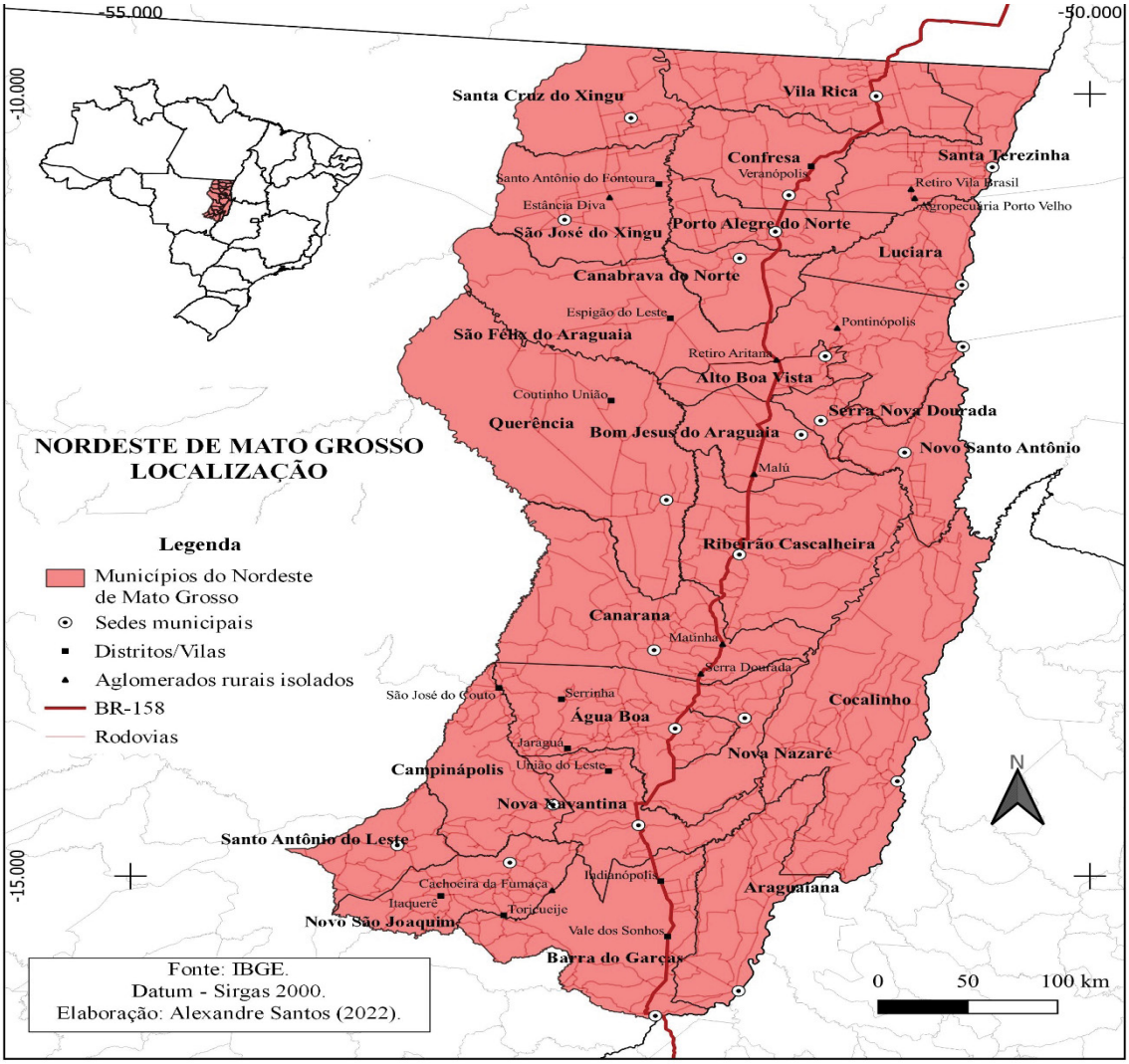

Figura 1 – Mapa de localização do Nordeste de Mato Grosso.

O processo de municipalização do território que gerou novos recortes espaciais e políticos se intensificou ao final do período da ditadura militar, motivado sobretudo pela autonomia conferida ao município pela Constituição de 1988. Para Rocha (2020, p.11), a expressão "municipalização do território" diz respeito à divisão territorial pela criação de novos municípios e se associa às "políticas de descentralização das esferas do poder central, às políticas de prestação de serviços públicos e às de valorização do município no plano da gestão e do governo do território". Assim, o Estado se constitui como agente fundamental que, ao se projetar para as escalas regional e local, promove o processo de municipalização do território que é inerente ao movimento de avanço da fronteira capitalista.

Dessa forma, esse texto tem por objetivo analisar o movimento de avanço da fronteira capitalista sobre os Cerrados e as Amazônias no Nordeste de Mato Grosso, a partir dos usos das terras e do processo de municipalização do território. O texto apresenta duas seções. Na primeira, faz-se uma contextualização

do Nordeste de Mato Grosso como área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia, sobre a qual a fronteira capitalista se expande, considerando as contradições entre o natural e o territorial. Na segunda, é apresentada a formação territorial do Nordeste de Mato Grosso a partir das políticas de Estado, dos usos das terras e da municipalização do território.

Nordeste de Mato Grosso: a fronteira em movimento sobre Cerrados e Amazônias

Diversos Cerrados e Amazônias podem ser perceptíveis e inteligíveis a partir da realidade empírica. Entre as definições estabelecidas, seja como biomas, ecossistemas, domínios morfoclimáticos ou sistemas biogeográficos, é necessário ir além da esfera natural para explicar suas dinâmicas nos últimos tempos. Sobre o Cerrado, Castilho e Chaveiro (2010, p.45) defendem que "há de se considerar o Cerrado enquanto território que passa a ser um produto histórico, apropriado e disputado por agentes sociais". Nesse sentido, Chaveiro (2010, p.27) propõe uma leitura integrada do Cerrado que "impõe aglutinar o quanto possível as noções de Bioma e Território. E quanto mais é alardeada a sua importância enquanto Bioma, mais se torna um objeto de disputas territoriais". Essa perspectiva pode, também, contemplar a Amazônia, uma vez que "a Amazônia exige uma visão complexa do meio ambiente que não dissocie ecologia de justiça social, da cidadania" (PORTO-GONÇALVES, 2020, p.10).

Tomando como referência o IBGE (2019) que considerou os seis biomas do território brasileiro, a área dos 25 municípios do NE-MT apresenta 55,65% de Cerrado (98.698 km²) e 44,35% de Amazônia (78.668 km²) (Mapa 2). Trata-se de uma região que compreende diferentes características dos biomas Cerrado e Amazônia, marcada pelas singularidades das áreas de sistemas de transição – tensão ecológica – onde as floras se interpenetram (IBGE, 2012), constituindo o ecótono Cerrado-Amazônia (PORTO-GONÇALVES, 2019).

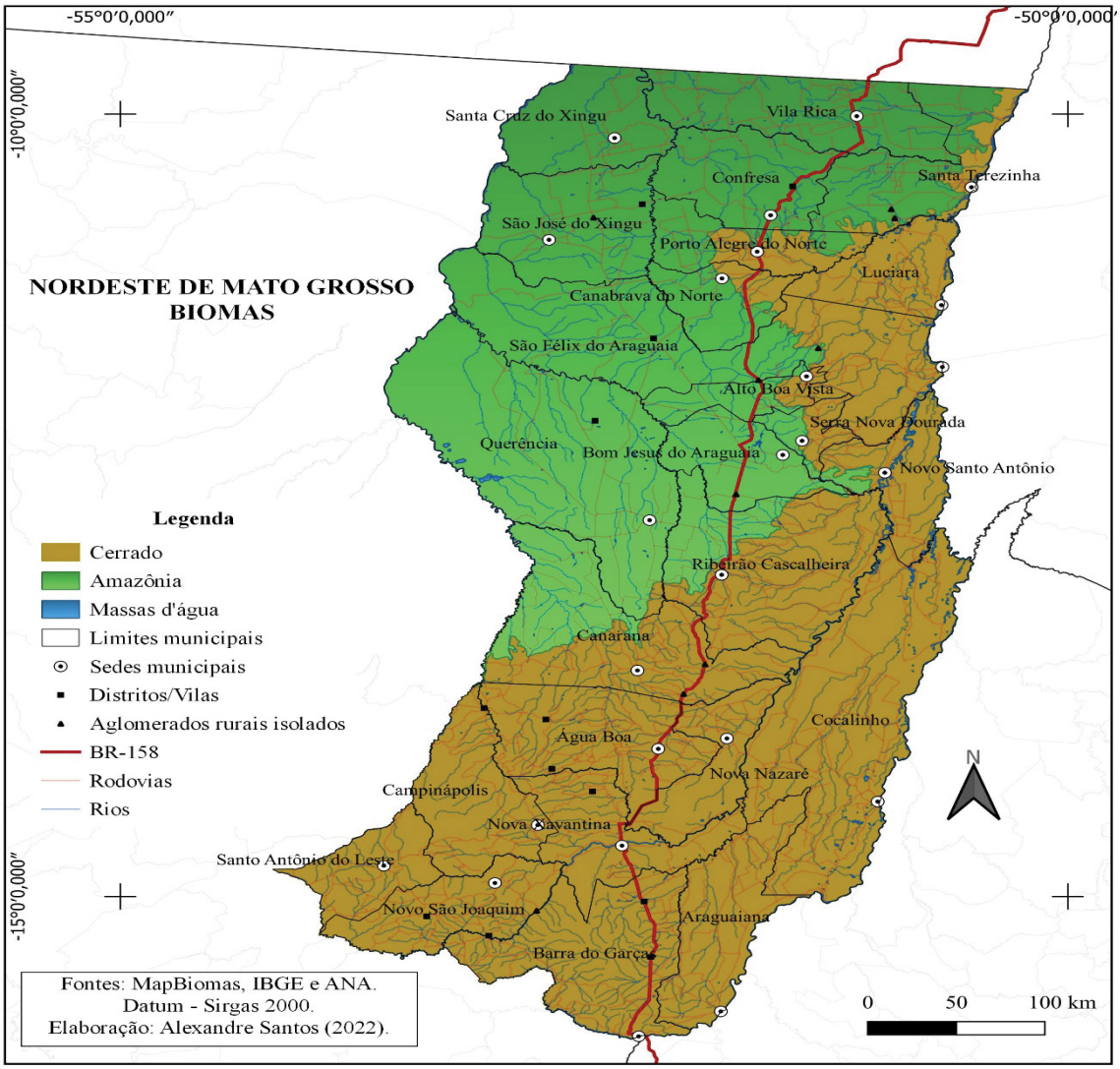

Figura 2 – Mapa dos Biomas do Nordeste de Mato Grosso.

Tendo como base material essa complexidade expressa pela natureza dos biomas Cerrado e Amazônia, constitui-se um quadro socioeconômico igualmente complexo e historicamente construído. Os diferentes agentes e grupos sociais revelam suas especificidades por meio dos usos que fazem da terra e do território nas dimensões social, econômica e política. As práticas territoriais, sobretudo aquelas precedentes à racionalização econômica se vinculam fortemente às características edáficas e fitogeográficas do Cerrado e da Amazônia.

Nos estudos em que o NE-MT aparece como área de investigação empírica, tanto o Cerrado (BERNARDES, 2009) como a Amazônia (OLIVEIRA, 2016) são mencionados. Embora haja predominância dos Cerrados no NE-MT nos aspectos físicos, no âmbito político-econômico, a Amazônia se sobrepõe. Isso porque as principais políticas territoriais de Estado e de governo se fundaram na região

a partir da inclusão da área do NE-MT em sua totalidade na Amazônia Legal. Esse processo ocorreu a partir da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) no ano de 1953 que incorporou o estado de Mato Grosso ao norte do paralelo 16°S, abrangendo o então município de Barra do Garças em sua configuração original.

Nos primeiros anos da ditadura militar, a SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) criada em 1966. Nesse período, as ações do capital por intermédio do Estado se intensificam no NE-MT. Com efeito, difundem-se na região, as formas produzidas pelos usos corporativos do território que passam a coexistir de forma conflituosa com as formas de usos tradicionais do território como abrigo por diferentes povos indígenas e camponeses. Essa conjuntura evidencia o avanço da fronteira capitalista nesse período.

Nessa direção, o uso da categoria fronteira é essencial para compreender minimamente a complexidade territorial que constitui o NE-MT. Duas concepções teóricas basilares fundamentam nossa interpretação. A primeira é a de Becker (1988) que advoga que não se deve perder de vista o significado geopolítico da fronteira, para a autora

> A fronteira amazônica só pode ser interpretada a partir da inserção do Brasil no capitalismo global decorrente da nova escala da relação capital-trabalho tendo como referência a produção de um espaço planetário onde Estados nacionais conservam suas funções de controle, hierarquização e regulação, e como base o espaço. [...]
>
> Impõe assim, uma ordem espacial vinculada a uma prática e uma concepção de espaço global, racional, logística, de interesses gerais, estratégicos, representadas pela tecnoestrutura estatal, contraditória à prática e concepção de espaço local, de interesses privados e objetivos particulares dos agentes da produção do espaço (p.66).

Nessa concepção, "a fronteira constitui um espaço em incorporação ao espaço global/ fragmentado" (BECKER 1984, p.67). Assim, o movimento de expansão da fronteira capitalista se dá a partir da inserção de novas áreas à divisão internacional do trabalho. No mesmo sentido, pensando a operacionalização da categoria no âmbito da Geografia, a fronteira se constitui como o "recorte analítico e espacial da problemática da mobilidade de capital, das relações de produção pelo território nacional e das estratégias geopolíticas do Estado brasileiro" (SILVA, 2019, p.40).

A segunda concepção basilar para a interpretação da fronteira que complementa a primeira é a defendida por Martins (2019). Para o autor a "fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si" (p.133). Martins (2019) destaca a conflitividade como elemento central desse processo de lutas étnicas e sociais em que admite-se que "a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas também é uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho

e de esperança" (p.132).

Nesse movimento de expansão da fronteira, os conflitos transculturais e identitários revelam as "interações entre o homem, a terra e a natureza em confronto com a racionalidade da acumulação capitalista" (SILVA, 2019, p.132). Assim, é importante evidenciar as contradições do movimento da fronteira, conforme ressalta o autor.

> A fronteira poder ser valorada como resultado contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista. A busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do país reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada do capital, inserção precária de grupos sociais e difusão de valores culturais e ideológicos. [...]. A fronteira é aberta e fechada ao mesmo tempo enquanto traço das contradições transformadoras do capitalismo sobre o campesinato, comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas etc. (SILVA, 2019, p.41-42).

Vale ressaltar que a fronteira capitalista não se limita simplesmente à expansão da produção agropecuária tampouco é um fenômeno cujo as horizontalidades predominam sobre verticalidades. "A expansão da fronteira não se reduz a um fenômeno agrícola – uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação acompanhando e mesmo antecedendo à expansão de várias atividades" (BECKER, 1988, p.73).

Machado (1990) assegura que a urbanização se torna elemento condicionante do avanço da fronteira, assumindo uma dimensão geopolítica. Para a autora, a expansão da fronteira se faz, mesmo que de forma irregular, tanto econômica quanto demograficamente, e num contexto urbano. Se a urbanização é condicionante, a municipalização do território é mais que uma consequência da urbanização, é um recurso de poder que introjeta o Estado na escala local.

Frente a isso, admite-se que a formação territorial do NE-MT vem sendo historicamente construída sob a lógica do movimento da fronteira que interpenetra os Cerrados e as Amazônias na região. Se "a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e moral dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do *nós*" (MARTINS, 2019, p.134), o NE-MT possui a particularidade da fronteira, seja pela crescente incorporação de áreas à produção agropecuária no contexto da globalização, seja pelos desencontros temporais e étnicos e os respectivos conflitos que se mantém.

Contudo, alguns acontecimentos recentes, como: o pedido de asfaltamento da MT-322 que atravessa o Parque Indígena do Xingu feito pelo Cacique Raoni ao governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (UB); os processos envolvendo arrendamento ilegal de terra na TI Marãiwatsédé; a inserção na representação política filiados a partidos liberais e conservadores; o Projeto Independência Indígena que apoia a produção agrícola nos moldes do agronegócio; além do Projeto de Lei 337/22 de autoria

do deputado federal Juarez Costa (MDB-MT) que exclui Mato Grosso da Amazônia Legal; além da difusão ideológica do agronegócio como um todo, indicam a incorporação gradual de grupos indígenas e tradicionais aos modelos hegemônicos, minimizando os conflitos de classe e consequentemente, dissolvendo o caráter de fronteira.

Os usos das terras e municipalização do território: a formação territorial do Nordeste de Mato Grosso

O processo de formação territorial do Nordeste de Mato Grosso se deu a partir da ocupação original das áreas de Cerrado e de Amazônia pelos povos indígenas e que, ao longo do século XX foi adensado pela inserção de outros agentes e grupos sociais orientados sobretudo pela racionalidade econômica capitalista, tendo o Estado como incentivador e mediador dos novos usos das terras e do território.

A municipalização do território e o próprio processo de formação territorial do Nordeste de Mato Grosso foram forjados por uma série de políticas de Estado com vistas à integração da área aos processos produtivos no contexto da divisão internacional do trabalho. A Figura 3 sintetiza numa linha do tempo, os principais eventos relacionados à formação territorial do Nordeste de Mato Grosso, relacionando as principais políticas e eventos no período precedente, no período de fragmentação e no período atual.

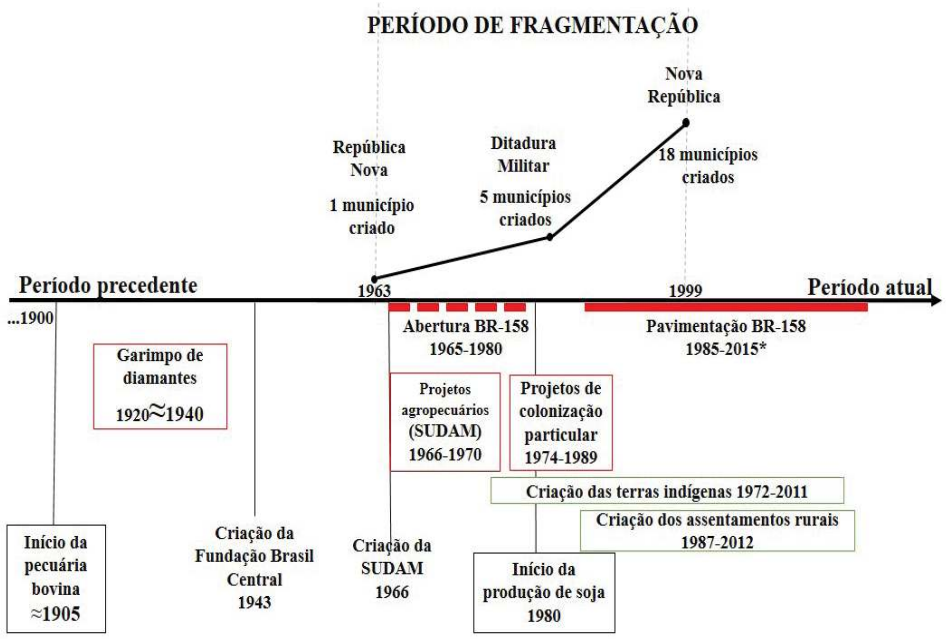

Figura 3 – Linha do tempo da formação territorial no Nordeste de Mato Grosso.

O Nordeste de Mato Grosso é uma região historicamente ocupada por povos indígenas de diferentes etnias como *A'uwẽ*-Xavante, *Boe*-Bororo, *Iny*-Karajá, Tapirapé, Kayapó, além dos povos do Xingu. Oliveira (2016, p.272) enfatiza que a região conservou até meados do século passado "um conjunto de povos indígenas que caracterizam a área como uma espécie de 'encontro dos troncos linguísticos'. Nela se faziam presentes povos descendentes dos Tupi, Arawak, Carib e Gê."

Os *Boe*-Bororo ocupavam o extremo sul do NE-MT, os *A'uwẽ*-Xavantes o eixo central da Serra do Roncador, entre as sub-bacias do rio das Mortes e das sub-bacias dos rios dos alto e médio Xingu (SILVESTRE, 2019). Os *Iny*-Karajá ocupavam as várzeas do rio Araguaia, os Tapirapé as várzeas do rio homônimo até a confluência com o Araguaia e os Kayapó que se deslocavam entre os rios Xingu e Araguaia (BARROSO, 2019).

Embora a região tenha sido alcançada por bandeirantes no período colonial, somente no início do século XX outros agentes e grupos sociais passam a fazer novos usos das terras. Dois fatores atraíram migrantes para a região: a descoberta de diamantes nos rios Araguaia e Garças e em seus afluentes; e a disponibilidade de campos do Cerrado às margens do Araguaia, com aptidão para pastos naturais visando o desenvolvimento da pecuária.

De acordo com Barroso (2019) os primeiros ocupantes não indígenas vieram do sul do Pará, do norte de Goiás e do Maranhão. O autor identifica três rotas de fluxo migratório para o Nordeste de Mato Grosso: 1) rota pelo rio Araguaia; 2) rota por terra, margeando o rio Araguaia; e 3) rota por terra, pelo sertão de Goiás.

> Os paraenses viajaram através do rio Araguaia, subindo contra a corrente em batelões. Alguns foram para os garimpos de Baliza e do rio das Garças. Outros, sobretudo aqueles que eram criadores de gado no Pará, ao se deparar com as pastagens nativas dos varjões do Araguaia, se estabeleceram naqueles lugares. Os maranhenses e goianos viajaram pelos chapadões de Goiás, até chegar ao rio Araguaia, para atravessar para Mato Grosso. Alguns permaneceram por algum tempo na ilha do Bananal (BARROSO, 2019, p.22).

A pecuária e o garimpo se constituem, portanto, como as formas de uso de terra que atraiu novos agentes e grupos sociais, instituindo novas territorialidades na região. Ainda que essas atividades tenham sido desenvolvidas em terra firme, os rios eram os meios pelos quais se davam os fluxos e orientava a ocupação do território, produzindo o que Porto-Gonçalves (2020) chamou de padrão de organização *rio-várzea-floresta*.

Desde o final da década de 1900 e início da década de 1910, a pecuária foi a atividade que conduziu a ocupação inicial ao norte do NE-MT, em função do adensamento dessa atividade no sudoeste do Pará, conforme afirmou Barroso (2019).

> O desenvolvimento da pecuária, atividade econômica que demanda grandes áreas e emprega poucos trabalhadores, expulsou centenas de famílias de agricultores/lavradores do sudoeste do Pará. As crises econômicas do extrativismo da borracha e da castanha, com a posterior expansão da pecuária, produziu um fluxo migratório que desde as primeiras décadas do século XX se encaminhou para o vale do Araguaia no nordeste de Mato Grosso (p.25).

O autor ressalta que esses migrantes constituídos por grupos familiares, criaram vários pequenos núcleos populacionais "às margens do rio Araguaia em Mato Grosso, os quais se tornariam os povoados de Furo de Pedra (1909), Lago Grande, Crisóstomo, Santa Terezinha, Luciara (1934), São Félix do Araguaia (1942) e Porto Alegre do Norte (1946)" (p.25). A pecuária, portanto, foi a principal atividade no processo de ocupação e consequentemente da abertura de áreas, além dos primeiros núcleos populacionais ao norte do NE-MT.

Já o garimpo ocorreu a partir da descoberta de diamantes ao sul do NE-MT no contexto do "Triângulo dos Diamantes" que tinha como protagonista o rio Garças (FRANÇA, 1994). Segundo Varjão (1985), a atividade mineradora teve início nos primeiros anos da década de 1920, quando um grupo de garimpeiros liderados pelos goianos Antônio Cristino Cortes e Francisco Bispo Dourado, chegou à foz do rio Garças com a informação de que haviam sido encontradas pedras de diamante na barra do córrego Voadeira.

O garimpo de diamantes perdurou até o início da década de 1940 e atraiu migrantes advindos de diferentes lugares do país, sobretudo goianos, nordestinos e nortistas que deram origem ao povoado que deu origem ao município de Barra do Garças e fomentou o início da agricultura e a criação de gado para a subsistência, inaugurando as práticas agropecuárias como forma de uso do território no sul do NE-MT.

Essa primeira etapa da ocupação forjou povoados e pequenos núcleos urbanos às margens do rio Araguaia, esse padrão *rio-várzea-floresta* foi paulatinamente substituído pelo padrão *estrada-terra firme*, tendo a rodovia BR-158 como principal eixo de integração. O Quadro 1 apresenta a cronologia de abertura e da pavimentação dessa rodovia.

	Período	Trecho	Extensão (km)	Data
ABERTURA	**República Nova**	Barra do Garças – Nova Xavantina	~142	1951
	Ditadura Militar	Nova Xavantina – Água Boa	~140	1965
		Canarana a Ribeirão Cascalheira	~180	1966-1967
		Ribeirão Cascalheira – Alto Boa Vista	~62	1968
		Alto Boa Vista – Vila Rica	~275	1975-1980
PAVIMENTAÇÃO	**Nova República**	Barra do Garças – Água Boa	285	1985-1987
		Água Boa – Canarana	103	1999-2001
		Canarana – Ribeirão Cascalheira	85	2009-2013
		Ribeirão Cascalheira – Bom Jesus do Araguaia	66	2009-2011
		Canabrava do Norte – Confresa	66	2009-2014
		Confresa – Vila Rica	69	2009-2015

Quadro 1 – Cronologia da abertura e da pavimentação da BR-158. / Fonte: Dalosto (2018).
Organização: Alexandre Santos (2020).

A mudança no padrão de ocupação se deu por influência das políticas de Estado que visavam a marcha para o Oeste e a ocupação da Amazônia. Nesse contexto, por meio da Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943 foi instituída a Expedição Roncador-Xingu (ERX). Maia (2012) afirma que a expedição surgiu num contexto histórico marcado por uma forte expansão do poder estatal e por um cumulativo processo de investimento do Estado sobre o território brasileiro.

A expedição atingiu Barra Goiana (atual Aragarças-GO) em agosto de 1943, lugar no qual funcionou a primeira base da expedição, da qual partiram em direção ao rio das mortes, onde fizeram outra base, Xavantina. "Na retaguarda da ERX, tentava-se organizar a estrutura das bases e dar início aos projetos de colonização" (MAIA, 2012, p. 68). "Dos garimpos do Araguaia e Garças, muita gente veio para a Expedição, trocando a bateia pela foice e o machado" (VILLAS BOAS, 2012, p. 40).

Por meio do Decreto n° 5.878, de 4 de outubro de 1943, foi autorizada a instituição da Fundação Brasil Central (FBC). O primeiro artigo do decreto pontuava que a fundação seria "destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental". O artigo segundo decretava a subordinação da ERX à FBC. Esta última, instalou uma estrutura complexa que além da administração geral, dispunha de nove departamentos em operação: médico, rádio e comunicações, jurídico, estradas, construções, utilidades públicas, estudos técnicos/pontes/campos de pouso, terra e colonização e estudos econômicos (MAIA, 2012). Como consequência, o distrito de Barra do Garças, na margem mato-grossense do Araguaia, foi elevado à condição de município em 1948.

A criação de gado se expandiu, abrindo novas áreas de pastagens e "incentivando" a ocupação. O Censo Agrícola de 1960 demonstra que a pecuária bovina se realizava em 71% dos estabelecimentos agropecuários registrados. Na agricultura, as produções de arroz e de milho, também se expandiram. O

arroz passou das 271t colhidas em 276 ha em 1949, para 2.408t colhidas em 2.157 ha em 1959, enquanto o milho, passou de 293t colhidos em 265 ha, para 2.250t colhidas em 2.290 ha. A criação de gado e a produção agrícola de arroz e milho, constituíram o carro-chefe dos usos econômicos sob a lógica capitalista nesse momento. Assim, a pecuária bovina foi a atividade que levou à primeira fragmentação do município de Barra do Garças, com a emancipação de Luciara em 1963.

A criação da SUDAM no período da ditadura militar, por meio da Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966 exerceu forte influência nos usos do território e na criação de municípios do Nordeste de Mato Grosso. A SUDAM considerou como Amazônia, a porção do estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16, abrangendo em totalidade a área do Nordeste de Mato Grosso, que majoritariamente é coberta por áreas de Cerrado. Oliveira (2016, p. 66) assevera que as matrizes básicas das políticas a serem implementadas pela SUDAM tinham caráter essencialmente territorial.

As verticalidades passaram a comandar cada vez mais o território no NE-MT, por meio dos usos corporativos do território que passaram a ser predominantes. Assim, foram colocados em prática, os planos de internacionalização da economia e da inserção da região na divisão territorial do trabalho.

A SUDAM aprovou 66 projetos agroindustriais nos municípios de Barra do Garças e Luciara entre 1966 e 1970, tonando o NE-MT "uma das maiores áreas de concentração de projetos agropecuários no Brasil" (OLIVEIRA, 2016, p.331). O autor ressalta que a implantação desses projetos "tem que ser entendida como uma das estratégias dos governos militares, no sentido de patrocinarem o acesso à terra na região, pelos grandes grupos econômicos" (p.143). Vale ressaltar que esse processo se deu de forma conflituosa e violenta no encontro com os povos indígenas e com os posseiros, utilizando a grilagem legalizada como método na apropriação privada da terra. As empresas agropecuárias e agroindustriais tinham um conjunto de deveres e obrigações, cuja maior parte ficou apenas no papel. "O que ocorreu de fato, salvo raras exceções, foi apenas e tão somente a ocupação das terras" (OLIVEIRA, 2016, p.336). A decadência desses grandes projetos agropecuários, abriu caminho para a abertura dos projetos de colonização particular que foram fundamentais para a atração de migrantes, instalação de infraestrutura, abertura de estradas e fundação de núcleos urbanos que subsidiaram a municipalização do território.

Entre 1974 e 1989 foram aprovados 36 projetos de colonização particular pelo IBRA/INCRA no NE-MT, dos quais 19 previam núcleos urbanos. Sobre esse processo, Moreno (2007, p.287) explica

> a especificidade na atuação das empresas de colonização empresarial e de povoamento em Mato Grosso residiu na especulação fundiária proporcionada pela facilidade na aquisição de grandes extensões de terra, oferecidas a baixos preços pelos governos estadual e federal. Com a valorização das terras pela infraestrutura dotada pelo Estado brasileiro, e, posteriormente pelo trabalho dos colonos, os grupos econômicos fizeram da colonização um negócio altamente rentável. Vale lembrar ainda que muitas terras foram adquiridas de "terceiros", com vícios na titulação de domínio, caracterizando

> atos de grilagem legalizada. Deve-se considerar entretanto que, dentro da lógica do processo de construção capitalista do território, a colonização empresarial e de povoamento foi o grande agente de transformação regional mato-grossense (MORENO, 2007, p. 287).

Como resultado desse processo houve um incremento significativo na abertura de áreas de Cerrado e da Amazônia, os usos agropecuários das terras se intensificaram, a população aumentou com a migração sulista e nordestina, núcleos urbanos se instituíram e 5 novos municípios foram criados no período da ditadura militar: São Félix do Araguaia em 1976; Água Boa e Canarana em 1979; e Nova Xavantina e Santa Terezinha em 1980. Nos sete municípios criados até então, foram contados 13.130 estabelecimentos rurais pelo Censo Agropecuário de 1985 sendo que 87% deles utilizaram suas terras para lavouras temporárias, enquanto as pastagens eram utilizadas em 55%. A Figura 4 mostra a cobertura vegetal e o uso das terras em 1985.

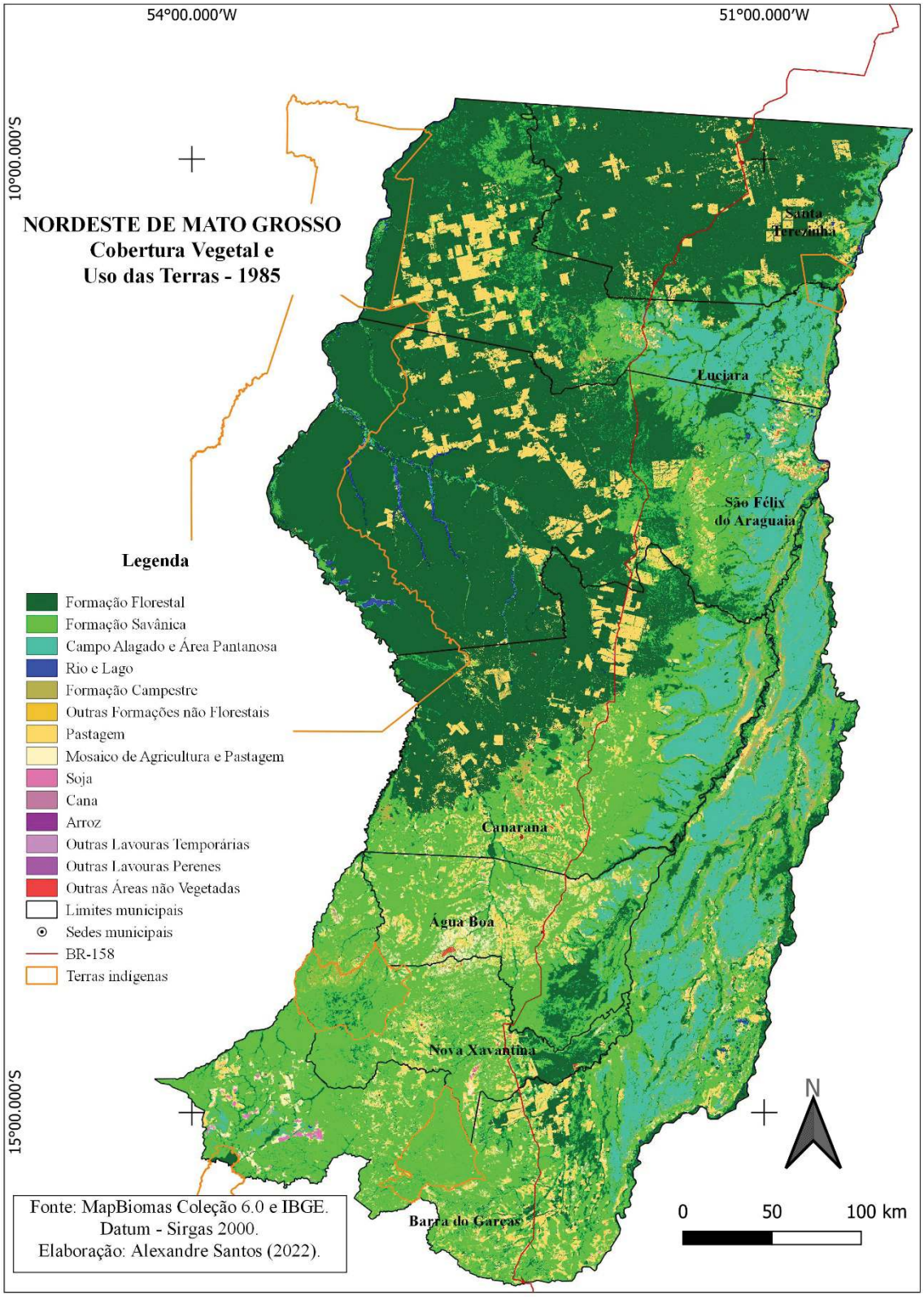

Figura 4 – Mapa da Cobertura Vegetal e Usos das Terras no Nordeste de Mato Grosso em 1985.

O mapa e os dados do Censo Agrícola de 1985 revelam que na maioria dos estabelecimentos, as pastagens naturais foram a forma de uso das terras que mais demandou área. A expansão das áreas de pastagens plantadas indica que na região, já havia áreas consolidadas de pecuária que, em 1985, contava aproximadamente 1,4 milhões de cabeças. A agricultura concentrou maior diversidade de técnicas, maquinários e instrumentos, o que possibilitou o crescimento da produção agrícola, sobretudo arroz (94.003 hectares plantados e 120.696 toneladas colhidas) e soja (52.229 hectares plantados e 89.978 toneladas colhidas).

A difusão das formas produzidas pelos usos corporativos do território passam a coexistir conflituosamente com as formas de usos tradicionais do território como abrigo por diferentes povos indígenas e camponeses. Esse quadro, resultou em dois processos de regulação do território que expressam a conflitividade na região a partir de diferentes usos, que tiveram início nas décadas de 1970 e 1980. O primeiro é o "processo de confinamento territorial dos povos indígenas diante do avanço permanente da acumulação capitalista, da concentração de terras e da produção de commodities" (SILVESTRI, 2019, p.39) que culminaram na instituição de 16 terras indígenas entre 1972 e 2011, além do Parque Indígena do Xingu. O segundo processo é o de redistribuição de terras pelo INCRA que resultou na criação de 94 assentamentos rurais entre 1987 e 2012.

Com o fim da ditadura militar e o prenuncio da nova constituição que prometia o município como ente federado e detentor de maior autonomia, a fragmentação do território se intensificou e foram criados 6 municípios em 1986 (Araguaiana, Campinápolis, Cocalinho, Novo São Joaquim, Porto Alegre do Norte e Vila Rica), 1 município em 1988 (Ribeirão Cascalheira) e 5 municípios em 1991 (Alto Boa Vista, Canabrava do Norte, Confresa, São José do Xingu e Querência).

Na década de 1990, no estado de Mato Grosso, a soja já estava consolidada como principal produto agrícola. Quando a oleaginosa adentra ao Cerrado, o Nordeste de Mato Grosso rapidamente amplia sua área de produção em área, quantidade e em valor. Neste ponto, paulatinamente, o arroz deixa de ser o principal produto da abertura da fronteira, passando o posto à soja que já era produzida em todos os municípios. A soja que é inserida nessa área já acompanhada de um pacote tecnológico, produziu maior quantidade e valor em menor área, comparada à rizicultura. Essa transição não foi aleatória e nem uma especificidade do Nordeste de Mato Grosso. Sobre essa prática comum nas áreas de avanço da fronteira no Cerrado, Peixinho (2006, p. 96-97) explica que

> O cultivo do arroz, que é uma cultura tradicional, sofreu uma mudança muito significativa, pois **foi usada como cultura de abertura de área nos cerrados, consequentemente teve uma ampliação da sua área colhida já no início da década de 1970.** Entretanto, assim que a área estivesse corrigida, **o arroz era substituído por pastagens ou pela soja,** conforme as características do produtor. O uso do arroz como cultura para abertura de novas áreas **está associado às suas características naturais de maior resistência à acidez dos solos e também aos incentivos fiscais que o governo aplicou através de garantias de preços mínimos** [...]. Essas práticas

foram sendo reduzidas com o avanço de novas técnicas de manejo e novas variedades.

Em 1996, a produção de soja (135.119 hectares plantados e 328.496 toneladas colhidas), nos municípios do NE-MT já era hegemônica em relação ao arroz (80.470 hectares plantados e 116.842 toneladas colhidas) e à outras culturas temporárias e permanentes. Essa substituição da cultura do arroz pela de soja evidencia o início processo de transformação de uma área de fronteira para uma área apropriada pelo modelo técnico de produção de commodities. Outro fator a se observar é a direção do avanço, que ocorreu no sentido sul-norte, no ritmo em que se dava a pavimentação da BR-158. A soja passa a ser, a partir de então, o produto agrícola indutor da ocupação e da dinamização do território capitalista.

Nesse contexto, ocorrem as últimas fragmentações do território com a criação de 6 novos municípios: Santo Antônio do Leste em 1998 e Bom Jesus do Araguaia, Nova Nazaré, Novo Santo Antônio, Santa Cruz do Xingu e Serra Nova Dourada em 1999. A Figura 5 mostra a cobertura vegetal e os usos da terra em 2000 com a malha municipal atual e, evidencia que as pastagens predominavam nos usos das terras, tanto nas áreas de Cerrado como nas de Amazônia com mais de 4,1 milhões de cabeças de gado bovino, além de indicar também as áreas de expansão da sojicultura no sentido sul-norte.

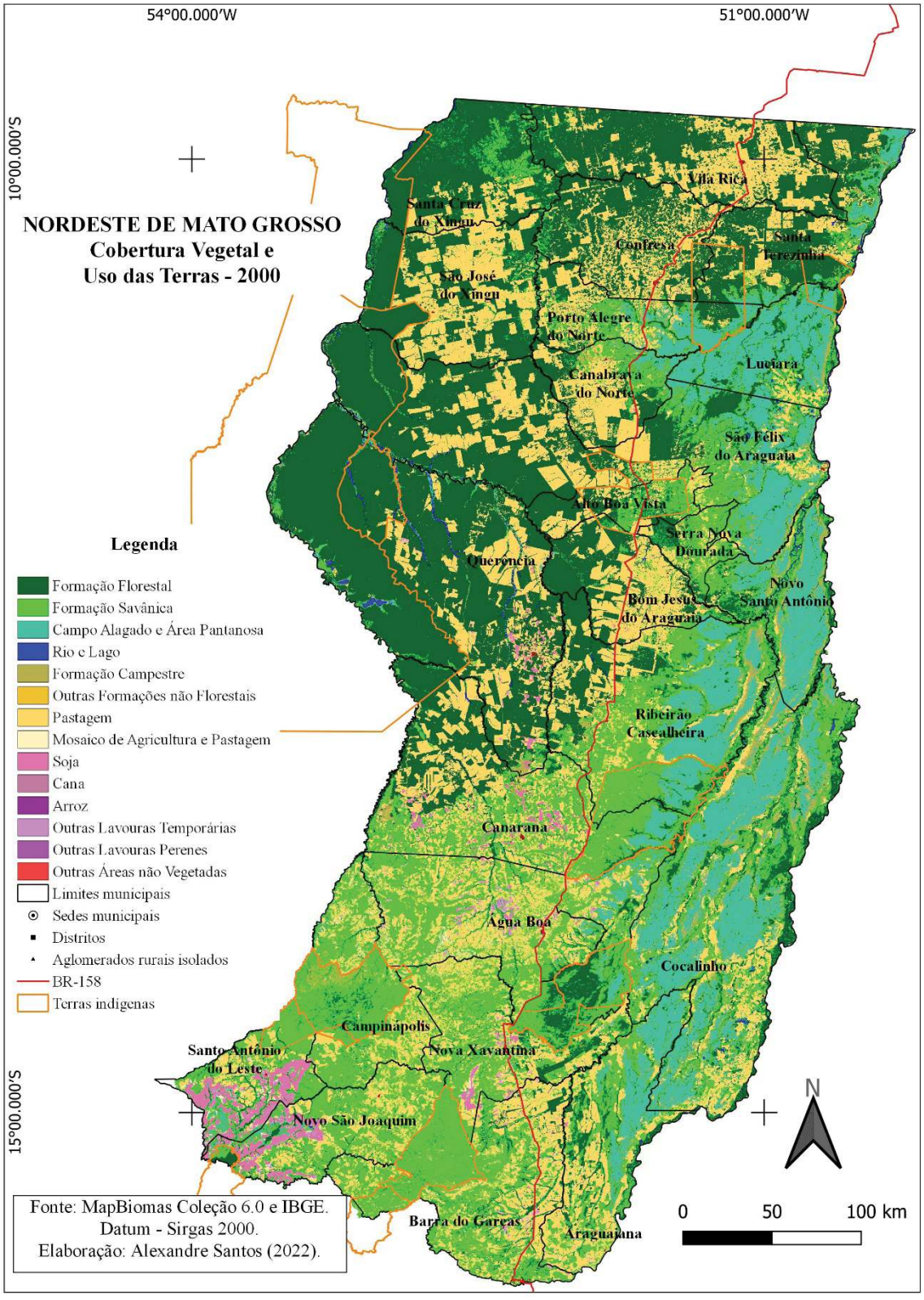

Figura 5 – Mapa da Cobertura Vegetal e Usos das Terras no Nordeste de Mato Grosso em 2000.

O novo pacto da economia política do agronegócio, como estratégia econômica principal do comércio exterior, a partir dos anos 2000, é marcado pela "articulação público privada da política agrária e das estratégias de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra" (DELGADO, 2012, p.109). Esse pacto reverberou na busca por mais áreas para a produção de commodities, especialmente de soja e milho e, consequentemente a valorização das terras agricultáveis.

Entre 2000 e 2020, o rebanho bovino no NE-MT aumentou de 4,1 milhões para 6,2 milhões de cabeças. Os dados da Produção Agrícola Municipal mostram que, em relação à soja, a área plantada passou de 206.736 ha para 1.911.576 ha, um crescimento de 824%, enquanto a quantidade colhida passou de 630.140t para 6.603.295t, representando um aumento de 947%. A produção de milho ganhou relevância ao aumentar a área plantada em 1.696% (de 42.944 ha em 2000 para 771.497 em 2020) e a quantidade colhida em 4.957% (de 97.489t em 2000 para 4.930.838t). Em contrapartida, a produção de arroz caiu 90% em área plantada (de 85.450 ha em 2000 para 8.544 há) e 87% em quantidade colhida (de 194.189t para 25.066t). A Figura 6 evidencia a expansão da produção da produção de commodities nos municípios do NE-MT.

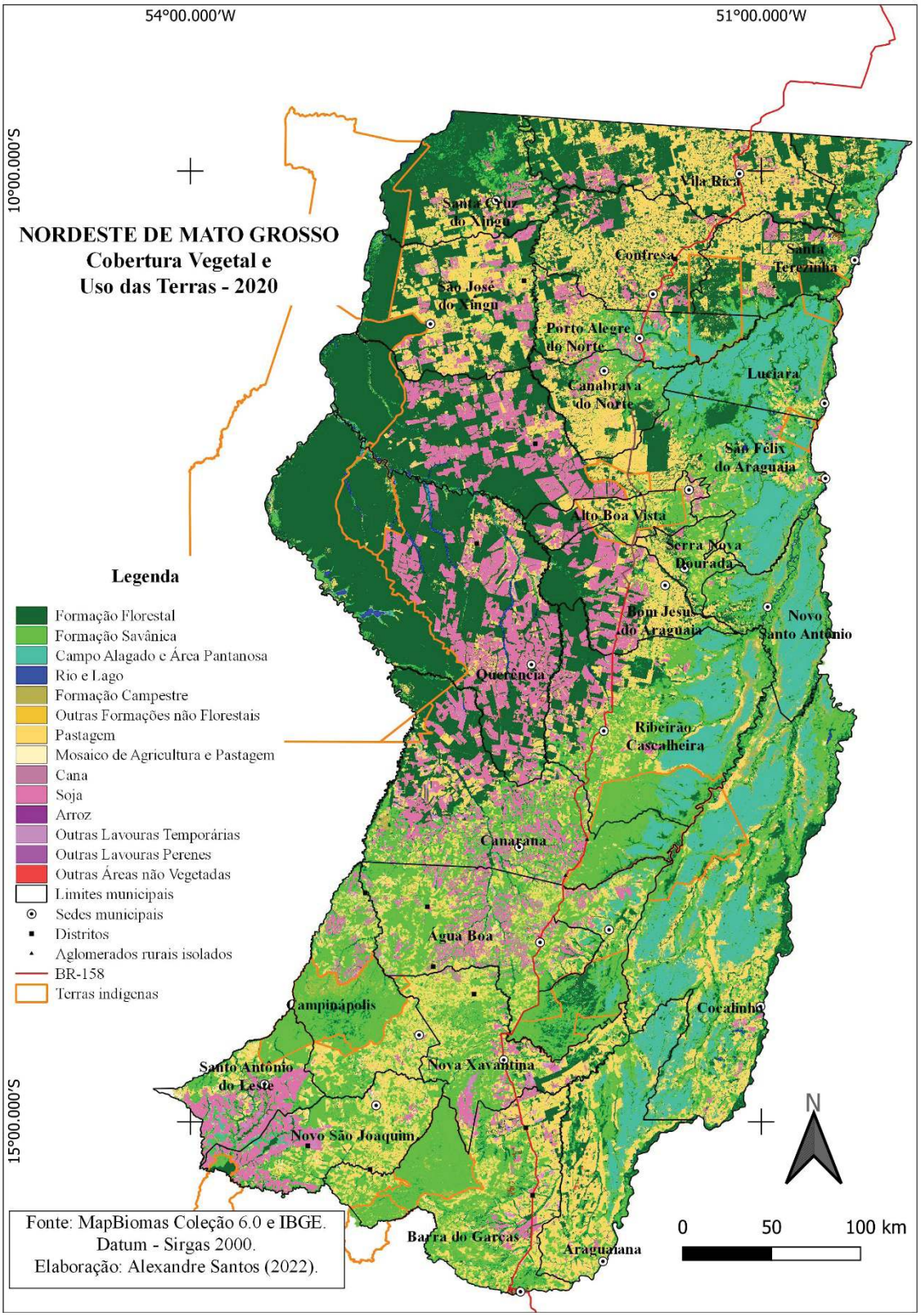

Figura 6 – Mapa da Cobertura Vegetal e Usos das Terras no Nordeste de Mato Grosso em 2020.

Sobre essa expansão da sojicultura, Bernardes (2009, p. 37) afirma que

> Esses espaços da expansão da soja estabeleceram conexões com o sistema econômico mundial, o qual, pela sua natureza competitiva globalizada, favorecia a formação de espaços corporativos de altas densidades técnicas na porção sul da BR-158. Tais transformações ocorreram no contexto dos interesses dos grupos sociais hegemônicos que organizaram uma forma de produção fundamentada no progresso científico e tecnológico, cujos resultados podem ser observados em termos de expansão da área colhida de soja, magnitude da produção e rendimento médio.

No que tange à municipalização do território, não ocorrem novas emancipações há mais de 20 anos, proporcionando certa estabilidade à malha municipal do Nordeste de Mato Grosso, contudo, 3 distritos já enviaram projetos de emancipação à Assembleia Legislativa de Mato Grosso: Espigão do Leste, distrito do município de São Félix do Araguaia; Santo Antônio do Fontoura, distrito do município de São José do Xingu; e Veranópolis, distrito do município de Confresa. Os pedidos de emancipação fundamentam-se no discurso de desenvolvimento econômico, proporcionado pelo avanço da fronteira capitalista na região.

Verifica-se de um lado, a intenção de associar o agronegócio à riqueza e ao desenvolvimento econômico, e do outro, a intenção de atribuir ao Estado a falta de infraestrutura e às condições de pobreza existentes no distrito. A solução para o problema criado pelos agentes hegemônicos, só pode vir do Estado, por meio da emancipação. Esses agentes econômicos envolvidos no movimento emancipatório, quando a conseguirem, muito provavelmente, garantirão a eleição de seus pares para os cargos do executivo e do legislativo municipal, garantindo assim, a hegemonia no poder político.

A formação territorial do Nordeste de Mato Grosso vem sendo historicamente construída sob a lógica do movimento da fronteira capitalista que interpenetra a região. Os municípios criados e a abertura das áreas de produção agropecuária promoveram violentamente a espoliação, a desterritorialização de posseiros e o confinamento dos povos indígenas. De modo geral, entende-se que a municipalização do território é uma estratégia de poder dos agentes hegemônicos na escala local, em que as verticalidades e as horizontalidades, que tem no agronegócio seu sustentáculo, engendram as ações políticas que fragmentam legitimamente o território a partir de seus usos, conflitos e relações de poder.

Os processos de urbanização e municipalização do território no contexto do avanço da fronteira capitalista no Nordeste de Mato Grosso, acontecem sincronicamente. À medida em que os usos das terras se intensificam, as relações campo-cidade se fortalecem e são intermediadas pela dimensão política do município enquanto ente federado do Estado. Dessa forma, a urbanização e a criação de municípios são fundamentais para o avanço territorial do capitalismo sobre os usos das terras precedentes.

Considerações finais

Os usos das terras no Nordeste de Mato Grosso ao longo do tempo, ilustra o processo de movimento da fronteira capitalista nessa área de transição de Cerrados e de Amazônias. Vale reiterar que o Estado é historicamente o principal agente do processo de incorporação dessas áreas aos processos produtivos no âmbito da divisão internacional do trabalho e que esse movimento promoveu violentamente a espoliação dos povos indígenas e dos posseiros.

A agricultura e a pecuária que apresentam dois modelos técnico-produtivos distintos, comandam esse processo de expansão da fronteira sobre os territórios indígenas. A pecuária bovina além de cumprir sua função de abertura de áreas no movimento de expansão da fronteira, apresentou importante crescimento, inserindo-se no circuito espacial produtivo e articulando-se verticalmente. Na agricultura a produção de arroz teve papel semelhante ao da pecuária na abertura de áreas. Contudo, a partir dos anos 1990 e 2000 a produção de commodities, especialmente de soja e de milho avançou sobre as pastagens, aumentado significativamente a área plantada e a quantidade colhida e, consequentemente, aumentando a demanda por mais áreas do Cerrado e da Amazônia.

A municipalização do território se deu a partir da demanda por serviços públicos nessas áreas, sobretudo para apoiar as atividades agropecuárias nos moldes do capitalismo. Como resultado, a criação desses municípios adensou o papel institucional do Estado na fronteira, ampliando o controle e o processo de transferência da receita pública para essa área. Os municípios instáveis que já estão se mobilizando para se emancipar na atualidade revelam que a criação de municípios é fundamental para a produção, circulação e consumo no âmbito da agropecuária.

Por fim, entende-se que a criação de municípios é uma estratégia territorial dos agentes que envolve a complexidade dos usos das terras e do território conservando a desigualdade por meio da exploração dos recursos e dos agentes hegemonizados. Os usos do território têm a sua contradição principal nos próprios usos das terras, uma vez que são nelas que se efetivam os territórios, especialmente em área de avanço da fronteira. Os conflitos de interesses entre os agentes se dão por e a partir dos usos da terra e do território, em que a propriedade privada, a concentração de renda e a natureza dos usos figuram-se como o cerne das disputas territoriais.

Referências

ACRIMAT. **VBP de Mato Grosso está estimado em R$ 224 bilhões. Estado segue como líder. 2022. Disponível em: <**https://acrimat.org.br/portal/vbp-de-mato-grosso-esta-estimado-em-r-224-bilhoes-estado-segue-como-lider/>. Acesso em: 29/08/2022.

BARROZO, João Carlos. Fluxos migratórios do "Norte" para os varjões do Araguaia-MT. In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Norte Araguaia**: territórios e conflitos. Belém: NAEA, 2019.

BECKER, Bertha. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, Catherine. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988.

BECKER, Bertha. A fronteira no final do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia brasileira. **Espaço e Debates**. Nº3, NERU, São Paulo, 1984.

BERNARDES, Júlia Adão. Modernização: a lógica do capital e o direito dos excluídos. *In*. BERNARDES, Júlia Adão; ARRUZZO, Roberta Carvalho (org.). **Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

CASTILHO, Denis.; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma análise territorial do Cerrado. In: CASTILHO, Denis.; PELÁ, Márcia (orgs.). **Cerrados**: perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. A urbanização do Cerrado: espaços indomáveis, espaços deprimidos. **Revista UFG**. Goiânia, Ano XII, nº 9, 2010.

DALOSTO, João Augusto D. **A influência da infraestrutura de transporte rodoviário nas transformações da mesorregião Nordeste de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2018

DELGADO, Guilherme Costa. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FRANÇA, Basileu T. **O triângulo dos diamantes:** a região do rio das Garças e a luta armada de Morbeck e Carvalhinho em 1925. Goiânia: Ed. da UFG, 1994.

IBGE. **Biomas e sistema costeiro-marinho do Brasil**: compatível com a escala 1:250 000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **Manual Técnico da vegetação brasileira**: sistema fitogeográfico; inventário das formações florestais e campestres; técnicas de manejo de coleções botânica; procedimentos para mapeamentos. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Censo agropecuário de 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

MACHADO, Lia Osório. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, Bertha. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

MAIA, João Marcelo E. **Estado, território e imaginação espacial**: o caso da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla: 1892-1992. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A fronteira amazônica mato-grossense**: grilagem, corrupção e violência. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

PEIXINHO, Dimas Moraes. **A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos**: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO). Tese. Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Dos Cerrados e de suas riquezas**: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019.

ROCHA, Gilberto de Miranda. **Municipalização do território na Amazônia**: entre o global e o local – transformações territoriais de desenvolvimento e emancipações municipais. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. **A modernização distópica do território brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019

SILVESTRI, Magno. **Conflitos territoriais e a r-existência do povo A'uwe-xavante**: luta pela terra e pelo território no Leste Mato-grossense. Tese. Doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense. UFF, Niterói, 2019.

VARJÃO, Valdon. **Barra do Garças:** migalhas de sua história. Brasília: Senado Federal, 1985.

VILLAS BOAS, Orlando. **A marcha para o oeste**: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.